

**DISCORRENDO
SOBRE A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA
E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Rubens César Ferreira Pereira (UEMS)

rubens.rcesar@gmail.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo, discorreremos sobre a sociolinguística variacionista” e o preconceito linguístico. A sociolinguística é um ramo da linguística que analisa a relação entre estrutura e funcionamento das línguas e das sociedades. Suas áreas de interesse abrangem questões relacionadas ao aparecimento e à extinção linguística, ao contato entre diferentes línguas, ao multilinguismo, à variação e à mudança. O Brasil é considerado um país monolíngue, no entanto, há que se entender que isso não significa que haja homogeneidade linguística. Existem várias formas de se falar e tais manifestações ocorrem por peculiaridades dos falantes, tais como: regiões e classes sociais de origem, idade ou gênero. Algumas delas podem gerar preconceito linguístico. Faz-se necessária a criação de um movimento no qual se desenvolvam estratégias ou formas de denunciar e combater a proliferação da ideia que habita o imaginário popular, onde se acredita que o “bem falar” é o registrado na gramática normativa e que outras variações lexicais que possuem os mesmos traços semânticos constituem *status* de desvalorização. Essas perspectivas representam desafios ao pesquisador da sociolinguística, pois se compreendendo a natureza da variação linguística, espera-se do sujeito uma postura respeitosa no trato das diferenças sociolinguísticas, a valorização da pluralidade sociocultural e consciência acerca da avaliação social das variantes.

Palavras-chave:

Sociolinguística variacionista. Variação. Sociolinguística. Linguística. Preconceito.

1. Introdução

Durante a história da humanidade, a vida em sociedade se deu por meio da interação entre pessoas em suas comunidades, mesmo em seus estudos incipientes, os linguistas sempre buscaram explicar os fenômenos linguísticos que ocorrem em determinados contextos.

Por ser um ser social, o homem, invariavelmente, teve a necessidade de se comunicar para atingir os mais variados objetivos, sempre visando estabelecer a interação necessária para suprir suas necessidades básicas de comunicação.

“É na linguagem que se refletem a identificação e diferenciação de

cada comunidade e também a inserção do indivíduo em diferentes agrupamentos, estratos sociais, faixas etárias, gêneros, graus de escolaridade”. (LEITE; CALLOU, 2005, p. 7).

A sociolinguística tem, como objeto de estudo, a língua falada em um determinado contexto social e de acordo com a situação real de uso do falante. Sabe-se que língua e sociedade são indissociáveis, por isso língua é um instrumento complexo, possui inúmeras possibilidades de manifestação e de uso. O homem é um ser subjetivo que gera essas possibilidades de linguagem e as utiliza em diversas situações. Desta forma, cada falante usa a língua da maneira que julga ser a mais apropriada para expressar o próprio pensamento, ou seja, ele o faz por uma questão de escolha. Faz-se necessário, então, analisar as relações existentes entre língua, sociedade e cultura, pois dependem das interações que ocorrem no seio da comunidade.

Devido à diversidade linguística inerente a todas as línguas, determinadas variantes podem denunciar algumas características do sujeito que as produz, tal fato pode contribuir com o que se denomina preconceito linguístico. Neste artigo, discorreremos sobre “sociolinguística variacionista” ou “teoria da variação linguística”, corrente cujo grande expoente é William Labov, e sobre o preconceito linguístico.

Embora Labov (1969) tenha alterado de modo muito significativo a interpretação do conceito de variável linguística por meio de seu conceito de regra variável, o autor não foi o primeiro sociolinguista a surgir com este propósito, tendo sido inspirado por teorias anteriores a seu tempo. Essencialmente, tal concepção expandiu-se e deu nova dimensão aos preceitos da linguística gerativa que apregoava, até então, a noção de restrição linguística e social em sua essência variável.

2. Contexto teórico

Foi no final dos anos 70 que William Labov adotou o formalismo da gramática gerativa para dar conta de descrever os tipos de processos de variação. Segundo o estudioso, deve-se manter a ideia de que fenômenos reais, observáveis nos dados empíricos coletados na comunidade de fala é que devem constituir o verdadeiro alicerce para a análise linguística. Essa metodologia acrescentou muito à regra de reescrita do paradigma de Chomsky (1957) que, apesar de sua concepção transformacionista, propunha

uma estrutura sintática, domínio preterido pela ciência normal, cujo modelo dominante, o estruturalista, tinha interesse primordial pelos componentes fonológico e morfológico.

Em estudos posteriores, houve substanciais descobertas de regularidades sob a essência da teoria da variação que, por sua vez, passou por severas críticas, mesmo assim, nos anos 70, o conceito contemplou os níveis sintáticos com o uso dos mesmos métodos aplicados no tratamento dos fenômenos fonológicos. Isso representou um grande embate aos pilares metodológicos da teoria variacionista, pois houve forte reação por parte de Lavandera (1978), sobre aspecto indutivista da teoria, pois o arcabouço teórico da regra variável, segundo ela, era falho quando aplicada no nível sintático.

O conflito ideológico entre Lavandera (1978) e Labov (1978) focou-se na questão da total equivalência semântica entre duas variantes sintáticas. Pois, para Lavandera, a noção de equivalência semântica implicaria uma forma simplista no que tange ao significado referencial, se a sociolinguística insistisse em manter o princípio de que duas formas alternativas são variantes se representarem o mesmo significado no mesmo contexto de ocorrência. Em vez de operar com essa concepção limitada de significado, Lavandera (1978, p.181) propõe substituir o conceito de equivalência semântica pelo de comparabilidade funcional. “Proponho o relaxamento da condição de que o significado referencial deve ser o mesmo para todas as alternantes e o substituo pela condição de comparabilidade funcional.” (Tradução nossa)

Mais tarde, houve uma segunda controvérsia com a publicação do trabalho de Kay & McDaniel (1979); Sankoff & Labov (1980) devolveram uma réplica que foi respondida por uma tréplica de Kay & McDaniel (1981). A principal crítica apontava a incompatibilidade entre o estatuto gerativista e o Variacionista, que atuam nos planos da competência e do desempenho.

Segundo Romaine (1981, p. 11-12) “semelhança e diferença de significado são assumidas em um nível superficial de expressão, no caso das variáveis fonológicas.” (Tradução nossa)

No que diz respeito à variação sintática, o que está sendo assumido é que há equivalência de estruturas sintáticas subjacentes.

Uma vez que a regra variável é probabilisticamente regida, é difícil inseri-la adequadamente num modelo de competência. A principal falha

do enfoque Variacionista está para Kay & McDaniel (1979) e para Romaine (1981), na adoção do formalismo das regras gerativas como um mecanismo puramente descritivo, sem considerar seriamente suas implicações teóricas.

3. Sociolinguística variacionista

As últimas décadas linguísticas têm sido objeto de interesse de muitos estudiosos que buscam estabelecer as relações da língua em suas diversas funções no bojo de uma sociedade cada vez mais heterogênea e multifacetada. A análise sociolinguística implica, por sua vez, uma tentativa de processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua falada.

A sociolinguística é um ramo da linguística que analisa a relação entre estrutura e funcionamento das línguas e das sociedades. Nasce com a intenção de apresentar o papel dos fatores sociais na organização das línguas, função que não estava sendo considerada pelas outras teorias. Suas áreas de interesse abrangem questões relacionadas ao aparecimento e à extinção linguística, ao contato entre diferentes línguas, ao multilinguismo, à variação e à mudança.

Entende-se por variação linguística o uso de um elemento linguístico no lugar de outro, de forma tal que isso não implique na mudança de seu significado. O termo que possui várias expressões intercambiáveis constitui uma variável linguística e cada uma das expressões representa uma variável que se denomina variante linguística.

A sociolinguística variacionista, também conhecida como teoria da variação, encarrega-se de estudar as variações da língua em uso na comunidade de fala. Tal estudo trata a língua como produção social que pertence a todos os indivíduos de uma comunidade.

A esse respeito, Monteiro (2000, p. 58) afirma que “as regras variáveis aplicam-se sempre quando duas formas estão em concorrência num mesmo contexto e a escolha de uma depende de uma série de fatores, tanto de ordem interna ou estrutural como de ordem externa ou social”.

O estudo da variação linguística é, muitas vezes, percebido como sendo essencialmente engajado com os fenômenos fonológicos. Este é certamente um equívoco, pois a sociolinguística variacionista trabalha tam-

bém com questões morfofossintáticas. Tais estudos começaram com os artigos fundamentais originais que tratam dos aspectos da "regra variável" de acordo com Labov (1969 e 1972d), e continuam a ser uma das áreas mais ativas no campo dos estudos da sociolinguística. Mas é necessário que se façam considerações sobre o motivo da persistência de tal equívoco. Há dois fatores que incitam esse ponto de vista. Em primeiro lugar, existe uma atitude quase prescritiva de que a fonologia é o único domínio no qual os linguistas devem falar em variação, decorrente de uma suspeita desconfortável de que quaisquer alternâncias encontradas em outros níveis da estrutura linguística podem envolver diferenças intencionais em significado, pois no modelo inicial de variação sugerido por Labov (1972), vemos que a variação discursiva é desconsiderada, já que o autor parte do princípio de que haveria uma igualdade semântica entre as variantes. Em outras palavras, Labov acredita que variantes concorrentes possuem o mesmo valor semântico, e o que iria determinar a escolha do falante a respeito da variante a ser utilizada seriam simplesmente fatores sociais e linguísticos no contexto da produção da fala. Percebe-se que esta percepção do método, pura e simplesmente, não poderia responder aos anseios daqueles que intencionam, não apenas dar conta de explicitar todos os fenômenos de variação, mas também oferecer estratégias de combate à mentalidade na qual se acredita que certas variações linguísticas são incorretas, portanto condenáveis.

4. A variação e o preconceito linguístico

Labov desenvolveu uma matriz metodológica que foi estendida a outras áreas do conhecimento, seu trabalho, no profícuo campo da sociolinguística, possibilitou que as variações fossem tratadas de forma diferente. No início de seus estudos, William Labov verificou que os sujeitos por ele pesquisados preferiam as variantes consideradas prestigiosas sob o ponto de vista da "gramática normativa", principalmente quando monitorados. Isso mostra que o próprio sujeito procura se adequar à norma, desprezando de certa forma o próprio linguajar, pelo fato de ser considerado estigmatizado de acordo com o meio onde é utilizado, sendo assim, esses indivíduos se sentem discriminados por outros grupos que se julgam usuários da "língua padrão". (CALVET, 2002, p. 69)

Aqui, o que interessa à sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar. De fato ela pode desenvolver dois tipos de consequência sobre os comportamentos linguísticos: uns se referem ao modo como os falantes encaram sua própria língua, outros se referem às reações dos falantes ao falar

dos outros. Em caso, se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo prestigioso; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar.

De acordo com Bagno (2009, p. 09)

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua.

A sociolinguística se encarrega de analisar as variações de uma língua, entretanto, não basta que seu objetivo se restrinja a esse ofício. É necessário que ela sirva de ferramenta de intervenção contra qualquer forma de preconceito, de forma consciente ou inconsciente, por meio do uso da linguagem.

Um exemplo de que uma variação pode ser escolhida em detrimento de outra pelo seu valor social, temos o exemplo do /s/ implosivo ou chiante do dialeto carioca, que foi introduzido com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e que perdura até os dias de hoje, a pronúncia foi adotada por ser considerada uma forma de prestígio, pois segundo Monteiro (2000, p. 65): “A variedade linguística própria da classe dominante se impõe, pois, como marca de prestígio e determina a atitude dos falantes dos grupos dominados face à sua própria variedade”.

Tais dados ratificam a ideia de que, a língua, devido a sua natureza heterogênea, deve ser tratada sob o ponto de vista da sociolinguística varacionista. Portanto, o foco da sociolinguística é a heterogeneidade. Sobre isso a pesquisadora Maria Cecília Mollica. (2007, p. 9) afirma que

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfosintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo. O português falado no Brasil está repleto de exemplos.

Para que a interação seja estabelecida, não importam quais variações foram usadas, seria no mínimo desaconselhável que alguém seja corrigido por dizer: *nóis é do mato, eu vou ir lá, ela sempre mi jogô fora* etc., pois são todas formas compreensíveis, ou seja, estabelecem comunicação.

Segundo Monteiro (2000, p. 65)

Um dos preconceitos mais fortes numa sociedade de classes é o que se instaura nos usos da linguagem. Se o falante é um camponês ou nora numa favela, se é analfabeto ou de baixo nível de escolaridade, é lógico que sua maneira de

falar não será a mesma que a das pessoas que se situam no ápice da pirâmide social.

Deve-se ter muita cautela ao tratar desses aspectos, os significados podem estar imbricados não somente no referente lexical, mas no discurso. Assim, podem existir além do nível morfossintático, e, não raras vezes, no próprio ato da enunciação, permeando, desse modo, as condições de produção, a maneira de agir do falante de acordo com o seu conhecimento de mundo, ou ainda de suas intenções.

A realidade mostra que o uso de variantes, sejam elas lexicais, fonéticas ou de outra natureza, não impedem que haja inteligibilidade, porém podem provocar preconceitos, estigmas, opressão, exclusão. O Brasil é considerado um país monolíngue (BORTONI-RICARDO, 2004), no entanto, há que se entender que isso não significa que haja homogeneidade linguística.

A esse respeito Calvet (2002, p. 119) diz que “O único modo de se desvencilhar desses paradoxos é *sair da língua* e partir da realidade social.(...) ou seja, o próprio cerne da comunicação social”.

Marcos Bagno (2007, p. 46) afirma que as variações linguísticas classificam-se em diastrática, diatópica, diamésica, diafásica e diacrônica. A variação linguística que ocorre na esfera das diferentes classes sociais é chamada de diastrática – do grego *dia*: através de, e do latim *stratum*: camada, estrato. Ela acontece na interação do locutor para com o interlocutor, implica os seguintes aspectos: faixa etária, sexo, escolaridade, profissão, local de convívio e classe social, ou seja, o poder aquisitivo do indivíduo contribui para que ele tenha acesso à norma padrão e desse modo, utilizá-la com maior frequência. No quesito sexo, um dos exemplos que pode ser citado é o uso do diminutivo usado pelas mulheres e dos palavrões pelos homens; as expressões *brusa* e *blusa*, *nóis fumo* e *nós fomos*, podem ser influenciados pela faixa etária e pelo grau de escolaridade do falante; no caso do meio social, as gírias são usadas comumente pelos adolescentes, que buscam o uso de uma linguagem própria. Por fim, o contexto social vai influenciar na escolha feita pelo falante que poderá preferir o uso da variedade formal ou informal, tudo dependerá do local e das escolhas do interlocutor no momento de produção da fala.

Já há uma orientação para uma desconstrução do preconceito linguístico, pois os professores já estão tendo acesso a textos científicos que tratam do assunto. Em consonância, Bagno (2007, p. 105) afirma que

existe atualmente uma crise no ensino da língua portuguesa. Muitos professores, alertados em debates e conferências ou pela leitura de bons textos científicos, já não recorrem tão exclusivamente à gramática normativa como uma fonte de explicação para os fenômenos linguísticos.

Faz-se necessária a criação de um movimento no qual se desenvolvam estratégias ou formas de denunciar e combater a proliferação da ideia que habita o imaginário popular, onde se acredita que o “bem falar” é o registrado na gramática normativa e que outras variações lexicais que possuem os mesmos traços semânticos constituem *status* de desvalorização. Segundo Mollica (2007, p. 13):

Estigmatização linguística e mobilidade social constituem temas de interesse aos sociolinguistas. Em princípio, estruturas de maior valor de mercado que recebem avaliação positiva parametrizam-se com grau alto de monitoramento e de letramento.

Essas perspectivas representam desafios ao pesquisador da sociolinguística, pois se compreendendo a natureza da variação linguística, espera-se do sujeito uma postura respeitosa no trato das diferenças sociolinguísticas, a valorização da pluralidade sociocultural e consciência acerca da avaliação social das variantes.

Como fazer para que se desenvolva uma consciência sobre fenômenos linguísticos de forma que contribua na minimização do preconceito que ocorre nos tempos atuais?

A resposta (...) está na *pesquisa linguística*. Uma pesquisa da língua que só poderá ser feita, é claro, a partir de determinada fase do percurso escolar, quando os alunos já tiverem alcançado um grau de letramento capaz de lhes permitir compreender essa teorização/investigação. (BAGNO, 2002, p. 59)

Não será abordada aqui a função do professor ou da escola, pois não é o foco do presente artigo. No entanto, é importante que se entenda que uma mudança na postura dos professores em sala de aula, também seria necessária. “Tudo isso impõe uma *crítica dos métodos atuais de ensino da língua*, criando simultaneamente uma série de novas exigências pedagógicas.” (BAGNO, 2002, p. 78).

5. *Considerações finais*

O objetivo de Labov foi o de analisar e descrever variantes usadas em comunidades de fala, não perdendo de vista o fato de que a língua constitui-se em um sistema dinâmico que está condicionado a fatores in-

ternos: estrutura da língua e a fatores externos: contexto social. É necessário que cada um desses fatores seja avaliado e que sejam desenvolvidos meios para evitar que a língua se transforme num instrumento de discriminação ou exclusão social, porque “Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de comportamento linguístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade” (BAGNO, 2002, p. 39)

De maneira geral, percebe-se que existe uma constante busca científica dos estudiosos que sempre almejam aprimorar suas propostas de estudo, procurando, sempre de forma coerente e em consonância com estudos anteriores, atender aos questionamentos provenientes das observações da língua, objeto desse, complexo de ser estudado.

A criação de redes de pesquisa e a divulgação e diálogo entre os grupos constituem o alicerce fundamental, juntamente com a definição de posições teóricas sobre a natureza da evolução linguística e de como as variações ocorrem nas diferentes comunidades de fala no contexto brasileiro.

Com a compreensão da natureza da variação linguística, espera-se que o indivíduo desenvolva uma visão plural de língua e sociedade e, por conseguinte, cultive uma postura respeitosa no campo das diferenças Sociolinguísticas que dizem respeito à avaliação social das variantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. *Syntactic Structures*. The Hague/Paris: Mouton, 1957.

KAY, P., McDANIEL, Ch. K. On the logic of variable rules. *Language in Society*, v. 8, p. 151-187, 1979.

_____; _____. On the meaning of variable rules. *Language in Society*, v. 10, p. 251-588, 1981.

LABOV, William. *Modelos sociolinguísticos*. Trad.: José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1983.

_____. *The logic of nonstandard English*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press, 1969.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, n. 7, 1978. p. 171-182.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROMAINE, Suzanna. On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. *Sociolinguistics working papers*, n. 82. Austin, Texas, 1981.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.